

PETROPOLITANAS

POR LUANA MOTTA



CPTrans deve conduzir os trabalhos para o edital

Bomtempo terá que fazer licitação para o transporte

Nesta quarta-feira (21), o Tribunal de Contas do Estado (TCE) manteve a decisão que obriga a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) a realizar uma nova licitação para contratar uma empresa para substituir a Cascatinha em Petrópolis. A conselheira Marianna Montebello Willeman manteve o voto do relator do processo, conselheiro

Márcio Pacheco, que rejeitou o recurso da empresa. O processo tramita no Tribunal de Contas desde 2019, após uma auditoria realizada pelo órgão em todos os contratos de concessão do transporte municipal. O Tribunal verificou que a empresa Cascatinha foi contratada pela gestão do prefeito Rubens Bomtempo, em 2005, sem licitação.

Decisões diferentes com mesmo fim

Esta determinação do Tribunal de Contas não tem relação com a determinação do juiz da 4ª Vara Cível, Jorge Luiz Martins, que obriga a CPTrans a substituir imediatamente as linhas da empresa. Nesta, o juiz argumenta que a Cascatinha não tem mais condições de garan-

tir a segurança dos passageiros devido às péssimas condições do ônibus e prestação do serviço. Já a determinação do TCE, que foi confirmada nesta quarta-feira, pede a substituição devido à contratação irregular da Cascatinha sem a realização de licitação.



Encontro reuniu representantes dos setores do turismo

PC&VB planeja ações para fomentar turismo em 2024

Em um encontro estratégico realizado no Hotel Pedra Bonita, nesta quarta-feira (21), a diretoria do Petrópolis Convention & Visitors Bureau discutiu planos para impulsionar o turismo local em 2024. Sob a liderança do presidente Samir el Ghaoui, a entidade visa atrair eventos de grande relevância, fortalecer o apoio a atividades já consolidadas no calendário e promover eventos emblemáticos, como o prestigiado Petró-

polis Gourmet e o aguardado Festival de Fondue. Além disso, a diretoria discutiu meios de fomentar um diálogo contínuo para acelerar o crescimento do setor turístico. As metas estabelecidas têm o objetivo de consolidar a cidade como destino de excelência em 2024 considerando que a cidade já alcançou a marca de terceira mais reservada para o ano de acordo com levantamento da Booking e Ministério do Turismo.

Crédito Fundiário em Petrópolis

A Câmara Municipal aprovou, durante sessão ordinária realizada nesta quarta-feira (21), uma indicação legislativa, de autoria do vereador Junior Paixão, que solicita ao Executivo Municipal a necessidade de uma norma que formalize parceria com os órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER - e agentes financeiros para promover e fomentar o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC, no município. Para o vereador, Petrópolis, em sua área rural, tem um perfil majoritariamente de agricultura familiar onde muitas des-

tas famílias são posseiras, arrendatárias, parceiras e trabalhadores rurais não-proprietários, possuindo uma grande experiência e conhecimento no trabalho rural e sonham com a possibilidade de adquirir o seu pedaço de terra. “O crédito fundiário é uma modalidade de empréstimo rural do Governo Federal, que tem como objetivo realizar um dos maiores sonhos do trabalhador rural: a compra de terras. Quem tem pouca ou nenhuma terra pode comprar um imóvel através dele. A ideia é ajudar a fomentar a agricultura familiar”, disse Junior Paixão.

PETROPOLITANO

Prefeitura não justificou ao TCE contratação milionária

Conselheiros dão novo prazo para apresentação de documentos

Por Gabriel Rattes

Em sessão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE), desta quarta-feira (21), foi debatido o processo que apura a contratação do escritório de advocacia Celso Sardinha Advogados, pela Prefeitura de Petrópolis, para representá-la em um processo milionário contra a GE Celma. O processo foi aberto a partir de uma representação ao Tribunal feita pela vereadora de Petrópolis Gilda Beatriz. Na sessão, o conselheiro do TCE relator do processo, Marcelo Verdini Maia, enfatizou a falta de transparência e omissão do município com a prestação de contas das contratações, e manteve a decisão que cobra da Prefeitura todos os documentos relativos à contratação, sem licitação, do escritório. Caso a Prefeitura não apresente todas as informações solicitadas, poderá haver punições.

No ano passado, em 27 de novembro, o TCE já havia solicitado à prefeitura a relação de documentos referente ao contrato de honorários advocatícios com o escritório. E até então, a Prefeitura não havia apresentado nenhum documento. O Procurador-Geral de Petrópolis, Miguel Barreto, esteve presente na sessão para fazer a defesa oral no processo. Aos conselheiros, o procurador não conseguiu explicar o motivo de não ter apresentado os documentos solicitados em novembro do ano passado, como: os contratos, os recibos de pagamento e o processo administrativo que gerou a contratação.

Miguel apenas apontou que o aumento da arrecadação do ICMS - consequência da ação aberta pelo escritório contratado - acarretou a



Procurador-geral de Petrópolis, Miguel Barreto, compareceu à sessão no TCE

construção de contenções no município. “O que se busca aqui é evitar julgamentos conflitantes. O valor arrecadado com o aumento do ICMS, nós utilizamos para fazer obras de contenção que beneficiou o cidadão petropolitano. Contribui para que não pudéssemos ter problemas com chuvas em 2023. E em 2024 continuaremos sem problemas relevantes”, disse.

Além dos contratos, a apresentação feita ao Tribunal pela vereadora de Petrópolis Gilda Beatriz, quer saber por que a Prefeitura contratou um escritório de advocacia mesmo com um corpo jurídico na Procuradoria-geral do município. “A Prefeitura não levou documento nenhum, não levou contrato nenhum. O prefeito [Rubens Bomtempo] está achando que ele está acima da lei. Que pode gastar nosso dinheiro do jeito que ele quer. Nós temos procuradores concursados, com expertise, que poderiam ter feito essa ação e

sem ônus para o município”, afirmou a vereadora, parabenizando a Associação Serrana de Advogados por ter contribuído com informações no processo.

Omissão

Em decisão proferida no dia 27 de novembro de 2023, foi solicitado que a Prefeitura de Petrópolis apresentasse uma cópia integral dos procedimentos administrativos das contratações e respectivos processos de pagamento em favor do escritório. Para que assim, fosse possível o pronunciamento do TCE em relação a uma tutela provisória que pretende suspender os pagamentos ao contratado. No entanto, o conselheiro Marcelo Verdini afirmou nesta quarta-feira que tais informações não foram fornecidas pela Prefeitura, afetando o procedimento do processo. Por unanimidade, os conselheiros votaram a favor de manter de decisão que cobra da Prefeitura todos os documentos relativos à contratação, sem

licitação, do escritório. Caso a Prefeitura não apresente todas as informações solicitadas, poderá haver punições.

Entenda o caso

A Prefeitura de Petrópolis reservou R\$ 32.963.844,80 do orçamento do município para pagar o escritório Celso Gonçalves Sardinha - Sociedade Individual de Advocacia, contratado para representar a prefeitura em ação contra a GE Celma, para mudanças nas declarações anuais (Declan) do Índice de Participação do Município (IPM). O objetivo era conseguir aumentar o valor recebido pelo repasse do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo o município, as mudanças do Declan da GE Celma fizeram com que o município tivesse um aumento de cerca de R\$ 20 milhões ao mês na arrecadação do ICMS.

A Prefeitura foi questionada, mas até o fechamento desta edição não houve resposta.

Firjan SENAI abre vagas gratuitas em cursos de qualificação profissional

Estão abertas as inscrições para 175 vagas gratuitas dos cursos gratuitos de qualificação profissional da Firjan SENAI, em Petrópolis. As ofertas são para os cursos de Eletricista Predial, Assistente de Operações em Logística, Instalador de Sistemas Drywall, Confeiteiro, Almojarife, Padeiro e Operador de Máquinas de Marcenaria, com aulas presenciais, a partir de março, na unidade do Bingen. Os interessados devem se inscrever no site da Firjan SENAI: www.firjansenai.com.br/cursos/gratuitos. As inscrições serão encerradas automaticamente para cada oferta assim que o número de inscritos atingir o limite de vagas.

“A qualificação profissional é de fundamental importância para a empregabilidade de jovens e adultos. Portanto, a Firjan SENAI está ofertando vagas gratuitas em cursos profissionalizantes, focando na



São 175 vagas para diferentes cursos na unidade Petrópolis

ampliação das oportunidades de trabalho e de renda dos alunos”, pontua Edson Melo, gerente de Educação Profissional da Firjan SENAI.

Para participar, os candidatos devem preencher os pré-requisitos específicos dos cursos desejados, incluindo idade e escolaridade, além de renda fa-

miliar mensal per capita bruta seja de até 1,5 salário-mínimo federal, comprovado por meio de uma autodeclaração. É fundamental também ter acesso a um computador ou notebook, já que parte dos cursos será realizada de forma on-line, seguindo a estratégia EAD.

Após o cadastro no site, o

Saiu resultado do concurso da CPTrans

Já está disponível o resultado final do concurso público da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans). Os candidatos e candidatas podem acessar o site da Prefeitura (petropolis.rj.gov.br) ou do INQC (inqc.org.br) para verificarem o resultado.

Ao todo são 623 vagas, sendo 73 imediatas e 550 para a formação do Cadastro de Reserva. Serão preenchidos

cargos operacionais e administrativos, de níveis fundamental incompleto e completo, médio, médio técnico e superior.

Além das 73 vagas de preenchimento imediato, há

oportunidades em diversos cargos para formação de Cadastro de Reserva, para futuras contratações da Companhia. Também há vagas destinadas para pessoas com deficiência, negros e indígenas.